

A educação no município de Xaxim: dimensões históricas e políticas da universalização da educação básica (1920-2020)

The educational system in Xaxim: historical and political dimensions of the universalization of basic education (1920-2020)

Paulo Roberto da Silva¹
Joviles Vitório Trevisol²

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória da educação no município de Xaxim (SC) no período entre 1920 e 2020. A pesquisa foi desenvolvida por meio de métodos e técnicas quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos foram obtidos nas bases do INEP, da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e da Secretaria Municipal de Educação de Xaxim. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida por meio de uma extensa revisão bibliográfica e acesso e sistematização de um conjunto amplo de fotos e documentos. A pesquisa revela aspectos centrais da história social e política da educação do município de Xaxim. Ela permite compreender o longo caminho da universalização da educação básica. Em Xaxim, o direito à educação para todas as crianças em idade escolar do Ensino Fundamental tornou-se realidade apenas no final do século XX.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação básica; Municipalização; Xaxim.

Abstract

The presente article analyses the trajectory of the educational system in Xaxim (SC) from 1920 to 2020. The research was developed through quantitative and qualitative methods and techniques. The quantitative data were obtained through the INEP, State and Municipal Education Secretaries databases. The qualitative research was developed through an extense bibliography review and access and systematization of a wide amount of pictures and documents. The research shows the central aspects of the social and political history of educational system in Xaxim. It allows to comprehend the large path followed to achieve the universalization of basic education in the mentioned city. In Xaxim, the right to education for all children in scholar age for elementary school became a reality only in the end of the twentieth century.

Keywords: Educational policies; Basic education; Municipalization; Xaxim.

Introdução

O presente artigo é parte de um conjunto de estudos que temos realizado nos últimos anos sobre as políticas de universalização da educação básica no Brasil após a Constituição Federal (CF) de 1988. O processo investigativo revelou importantes dimensões e fortaleceu a importância e a necessidade de investigar a implementação das políticas educacionais a partir dos espaços/tempos locais. Os sistemas de ensino são construções históricas mediadas por

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professor da rede municipal de educação de Xaxim. Bolsista CAPES/FAPESC. Contato e-mail: gasparmarx13@gmail.com. ORCID 0000-0002-3855-8662.

² Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: joviles.trevisol@uffs.edu.br. ORCID 0000-0001-9873-2688.

múltiplas relações: local, nacional e global, Estado e sociedade, educação e política, público e o privado, etc. A análise histórica oferece elementos que ajudam a compreender a implementação e os desdobramentos das políticas públicas ao longo das décadas.

Tendo isso presente, o propósito desse artigo é apresentar os principais resultados de uma pesquisa sobre o longo e o lento processo de universalização dos direitos à educação e de democratização do acesso à escola pública e gratuita. O estudo de campo foi realizado numa unidade específica do sistema da federativo brasileiro. Trata-se do município de Xaxim (SC), de aproximadamente 28.424 habitantes (IBGE, 2018), localizado na região Oeste de Santa Catarina.

A pesquisa foi desenvolvida entre agosto de 2017 e maio de 2020. O estudo de campo exigiu, além de uma extensa revisão bibliográfica, um levantamento detalhado de documentos (leis, decretos, portarias, atas, fotos, etc.) e o acesso a um considerável volume de dados quantitativos (primários e secundários). As bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) foram amplamente utilizadas para a sistematização dos dados quantitativos. Além disso, outras fontes foram de particular importância, como (i) os projetos político-pedagógicos e os regimentos das escolas públicas pesquisadas; (ii) as fotografias de algumas escolas disponíveis na Casa da Cultura de Xaxim; (iii) os acervos particulares das escolas; (iv) as leis e os decretos municipais e estaduais referentes às escolas públicas; (v) os livros, as atas e os demais documentos disponíveis na Secretaria Municipal de Educação.

A colonização

O termo colonização diz respeito, entre outros aspectos, à ocupação dos territórios, assim como o domínio político, econômico e cultural de um povo, sociedade ou país sobre outro. Para Bosi (1992), colonizar significa ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter os seus recursos naturais. Segundo ele (1992, p. 15), “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais”. A história é repleta de experiências de colonização e de imperialismo, cabendo destaque para os inúmeros domínios dos países europeus sobre a África, América Latina, América do Norte, Oriente Médio e tantos outros.

De acordo com Bosi (1992), a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória. Ela é uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e os povos. Como tão bem destaca Bourdieu (1964), os processos de colonização introduzem valores que desorganizaram a forma de viver dos nativos. O colonizador, em geral, impõe a sua visão de mundo, a sua cultura e a sua forma de viver.

A região Oeste de Santa Catarina também foi submetida a processos de ocupação e de colonização no século XX. Os primeiros registros de povoamentos na região são do século XIX, decorrentes da implantação das fazendas de criação de gado e o desenvolvimento das atividades do “tropicismo”, cujo ápice se deu entre 1730 e 1870 (RENK, 1997, 2006). Até 1920 prevaleceu na região uma economia de subsistência e de base extrativista. Os índios e os caboclos sobreviviam do plantio do milho, do feijão, da mandioca, da produção de animais e da extração da erva-mate (RENK, 2006).

A chegada dos imigrantes descendentes de europeus na região na primeira metade do século XX alterou profundamente a economia, a cultura, a ocupação do solo e a exploração dos recursos naturais (WERLANG, 2002). A definição das fronteiras entre o Brasil e a Argentina no final do século XIX, e o término da Guerra do Contestado trouxeram para a região empresas colonizadoras e centenas de famílias oriundas, na sua grande maioria, do vizinho Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse momento, a região Oeste ingressou numa nova fase de organização econômica e social, alicerçada na pequena propriedade, na agricultura familiar e no catolicismo.

Os ocupantes das novas terras se instalaram em pequenas propriedades de produção familiar e alguns vilarejos destinados ao comércio. As companhias colonizadoras instaladas na região se ocuparam da demarcação dos lotes (colônias) e da venda das áreas. A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande acelerou a expansão da economia capitalista na região.

O município de Xaxim surgiu desse fluxo migratório. Originou-se da antiga Fazenda Rodeio Bonito, uma área de terra devolutas de aproximadamente 294.715 km², concedidas pelo Estado de SC à Bertaso, Maia & Cia como forma de pagamento pela construção da estrada de Passo Goio-En a Passo dos Índios. A aludida concessão, datada de 4 de outubro de 1921, conferiu aos irmãos Lunardi o direito de ocupação e colonização (PIAZZA, 1994, p. 258). Alguns anos depois, em 13 de fevereiro de 1929, o Distrito de Paz de Hercílio Luz recebeu a denominação de Distrito de Xaxim, emancipando-se de Chapecó em 20 de fevereiro de 1954 (CHITOLINA, 2013, p. 95).

A educação no contexto da colonização

Há poucos registros sobre a existência de estabelecimentos de ensino em Xaxim no período anterior à colonização. De acordo com a pesquisa realizada por Oliveira (1992), em 1920 havia uma escola instalada na invernada Lunardi (atual Xaxim). Além da escola, o pequeno povoado contava com uma centena de casas, uma igreja e um cemitério. Segundo a autora:

[...] Conseguimos encontrar a nomeação em 1924 de um professor substituto, o que nos leva a crer que deveria haver antes dele um titular [...] O ofício nº 264 designa como professor substituto o Sr. Theopilo José da Costa, para lecionar na escola de Xaxim, município de Chapecó (OLIVEIRA, 1992, p. 57).

O primeiro relato escrito dando conta da existência de escolas na localidade é de 1929. Trata-se do relato redigido por José Arthur Boiteux, um dos integrantes da primeira comitiva do governo de Santa Catarina a visitar o Distrito de Paz de Hercílio Luz (hoje Xaxim). O então presidente do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, visitou o Distrito durante a sua primeira viagem ao Oeste catarinense, realizada entre os dias 17 de abril a 18 de maio de 1929 (CEOM, 2005). No relato abaixo, publicado no *Oeste Catarinense*, José Artur Boiteux descreve a passagem da comitiva pela região e a visita realizada ao então Distrito de Paz de Hercílio Luz:

Prosseguindo chegamos a Xaxim, onde os irmãos Lunardi (Pedro, Giácomo, João e Antônio), formando uma empresa colonizadora, estão implantando o progresso: ali já se encontram: um engenho de serra, uma fábrica de moer café, uma olaria, uma ferraria, uma sapataria, uma alfaiataria, uma fábrica de caramelos, uma fábrica de gasosas e licores, um moinho de trigo. Tem uma escola mista. Conta um clube recreativo e para se ter certeza de que os jovens que o frequentam vão bem escanhoados, e número a barbearia que lá existe (BOITEUX, 1931, p. 12).

Pode-se afirmar que a educação em Xaxim, assim como na maioria dos municípios catarinenses, teve poucas mudanças nas primeiras décadas do século XX, a despeito da reforma educacional de 1910, coordenada por Orestes Guimarães em SC¹. Até 1940 o antigo Distrito de Paz de Hercílio Luz (atual Xaxim) possuía apenas três escolas isoladas, sendo duas no meio rural e uma no espaço urbano. As escolas foram, em geral, construídas pelos próprios moradores. Era comum as aulas acontecerem nas residências ou nas chamadas escolas paroquiais. A comunidade contratava e remunerava os professores, em geral membros da comunidade com alguma instrução. Além das atribuições pedagógicas, os mestres também respondiam pela formação moral e religiosa das crianças. No contexto das escolas paroquiais,

como observa Edit (2019, p. 134), “[...] o ato de ensinar, ao mesmo tempo em que era um prolongamento dos saberes sociais, já incitados pela família e comunidade, representava a consolidação do catolicismo como única e verdadeira religião”.

A maioria das crianças, sobretudo as oriundas das famílias dos “caboclos”, não frequentava escolas. Além do reduzido número, os educandários estavam localizados em áreas distantes e, em geral, no interior das fazendas. A esse propósito, um pequeno excerto publicado na *A voz de Chapecó*, em 09 de julho de 1939, ilustra o problema do acesso das crianças às escolas. Referindo-se aos “caboclos”, o referido Jornal afirma que nos povoados “[...] paira o desconhecimento completo das noções de civilização”. Era preciso, de acordo com o Jornal, garantir o mínimo de instrução para que eles se tornassem “civilizados” e contribuíssem com o desenvolvimento da região.

Ao chegarem às novas terras os colonos foram estimulados a construírem igrejas e escolas. A rede de escolas contribuiu, neste sentido, para enraizar o catolicismo nas novas comunidades. Por meio dos núcleos confessionais instalados na região:

[...] a Igreja consolidou sua autonomia pela difusão educacional, pela criação de escolas paroquiais ou comunitárias, criadas por sua influência ou iniciativa. Inseria-se em diversas regiões, como as ocupadas pelos migrantes e estabelecia bases cristãs ao ensino, que por lei deveria ser laico (CHITOLINA, 2013, p. 229).

A colonização e o catolicismo serviram-se das instituições educacionais como formadoras da cultura, dos valores e dos costumes.

A nacionalização do ensino

Durante décadas as escolas comunitárias e paroquiais supriram a ausência do Estado e da educação pública e gratuita. A organização comunitária foi fundamental para a alfabetização das crianças nas longuínquas regiões do interior de SC (D’AQUINO, 1942). As aulas eram ministradas em língua italiana e alemã e as escolas eram mantidas com recursos da comunidade ou por meio da subvenção das igrejas. De acordo com os dados do Guia do Estado de SC (SANTA CATARINA, 1927), em 1939 havia cerca de 25 unidades escolares em todo o Oeste catarinense. De acordo com Vieira (2000):

Uma grande parte construída pelas empresas colonizadoras, essas escolas recebiam, às vezes, subvenção estrangeira ou da Igreja e estavam concentradas principalmente em

Itapiranga, Mondai, São Carlos, Xaxim e Xanxerê. Eram regiões isoladas e mal tinham contatos com outras partes do município. As estradas eram precárias, sua situação lastimável era sempre comentada pelos jornais. Além disso, o povoamento em forma de colônias fazia com que cada vez mais os distritos se desenvolvem, desconectando-se, muitas vezes, da sede, o que levou à emancipação de muitos deles no final de 1953 (VIEIRA, 2000, p. 48).

O predomínio dos idiomas estrangeiros na escola nas regiões de colonização, principalmente as línguas italiana e alemã, vinha sendo visto e tratado como um problema desde a reforma do ensino coordenada por Orestes Guimarães na primeira década do século XX. Entre os propósitos da reforma estava o fortalecimento da língua portuguesa e o desenvolvimento da identidade nacional (VIEIRA, 2000).

As políticas de nacionalização do ensino, ainda que já presentes desde 1910 em SC, ganharam impulso a partir do Estado Novo (1937-1945). Em maio de 1938, o então presidente Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei nº 868 proibindo as aulas em língua estrangeira em escolas públicas e particulares, assim como, o recebimento de qualquer subvenção estrangeira. Determinou ainda que os professores e diretores deveriam ser brasileiros natos. O currículo passou a priorizar “conteúdos nacionais”, exaltando a pátria, a língua e as tradições nacionais (PEREIRA, 2004; EIDT, 2019; NODARI, 2009).

No mesmo ano, o então Interventor Estadual Nereu Ramos publicou o Decreto-Lei nº 88/38, estabelecendo normas para as escolas particulares de ensino primário. Determinou, entre outros aspectos, (i) a obrigatoriedade do ensino na língua vernácula e (ii) o uso exclusivo da língua nacional na escrituração, uso de tabuletas, placas, cartazes, avisos, conferências, discursos, reuniões, hinos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar. Além disso, os professores deveriam ter nacionalidade brasileira (SANTA CATARINA, 1938).

Os decretos acima referidos tiveram efeitos imediatos em SC, especialmente nas regiões com forte presença de imigrantes. Inúmeras escolas comunitárias e paroquiais foram fechadas e muitos professores, sobretudo os que falavam italiano e alemão, foram afastados. De acordo com Monteiro (1979), a fiscalização nas áreas de colonização implicou no fechamento de mais de 137 escolas, inclusive escolas paroquiais.

A escola pública na região começou a se estruturar por meio da ação autoritária e tutelada do Estado brasileiro. As leis de nacionalização do Estado Novo fomentaram a expansão das primeiras unidades escolares. Como não havia repartições públicas disponíveis, muitas escolas da comunidade foram mantidas por meio de acordos entre o governo de SC, as prefeituras e as comunidades. Essas escolas passaram a receber subvenções públicas para o

pagamento dos professores (KREUTZ, 1994; EIDT, 2019). As comunidades, como destaca Kreutz (1994, p. 31) “[...] mantinham a residência e as benfeitorias da terra da comunidade, postas para o usufruto do professor que, em compensação, prestava serviços sócio religiosos e culturais à comunidade”

O número de escolas subvencionadas cresceu com as políticas de nacionalização. De acordo com os dados do Guia do Estado de SC (SANTA CATARINA, 1927, p. 9), a União passou a subsidiar 190 escolas nas zonas de colonização estrangeiras de SC.

A tabela abaixo evidencia a distribuição das escolas municipais e subvencionadas na região Oeste de SC em 1939. Desse total, ao menos três estavam sediadas na região de Xaxim, sendo uma subvencionada (Escola Isolada Pesqueirasa de Baixo) e duas não subvencionadas (Escola Isolada Pocinhos e Escola Mista).

Tabela 1 - Escolas municipais e subvencionadas pelo Estado de SC na região Oeste em 1939

Escolas Municipais		Escolas Subvencionadas	
Chapecó	8	Xaxim	1
Xanxerê	4	Xanxerê	1
Guatambu	3	Abelardo Luz	1
Abelardo Luz	3	-	-
Mondai	3	-	-
Campoerê	1	-	-
Xaxim	1	-	-
São Carlos	1	-	-
São Domingos	1	-	-
Total	25	-	3

Fonte: SANTA CATARINA, 1939, p.4.

As políticas de nacionalização do ensino e de fechamento das escolas paroquiais desencadearam, em muitos locais, conflitos entre a Igreja Católica e o Estado. Em outros, como é o caso de Xaxim, elas abriram possibilidades para parcerias entre as ordens confessionais e o poder público. Esse parece ter sido o contexto que criou as condições para a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora instalar em Xaxim, em 27 de janeiro de 1942, a Escola Duque de Caxias, com cerca de 140 alunos de 1ª a 3ª séries. A instalação deste colégio na região esteve também relacionada ao plano de expansão das ordens religiosas na região Oeste. De acordo com Vieira (2000) e Heinen (1997), entre 1920 e 1950 foram criadas 17 paróquias na região, sob a responsabilidade de várias congregações, entre as quais a da Sagrada Família, dos Franciscanos, dos Missionários do Coração de Jesus, dos Jesuítas, dos Capuchinhos, dos Combonianos e dos Doutrinários.

A despeito de ser administrada por uma ordem religiosa, a Escola Duque de Caxias nunca foi privada confessional. Desde sua fundação ela funcionou como pública e gratuita. As freiras recebiam subvenções públicas para exercerem as atividades e contratarem os docentes. A parceria implicava o compartilhamento do próprio espaço físico. Até 1953 as aulas foram ministradas no mesmo local onde as freiras residiam. De acordo com Chitolina (2013, p. 231):

Entre as décadas de 1930 e 1950, propagaram-se pelo sul do Brasil estabelecimentos de ensino subordinados à Igreja. Inserindo-se nesse contexto, em 1942, no distrito de Xaxim, as irmãs da Congregação Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, migradas de Erechim (RS), passaram a atuar como educadoras na sede do distrito, instaladas numa casa cedida pela comunidade. Entre 1943 e 1946, época do território do Iguazu, a escola chamava-se ‘Escola Territorial Municipal de Xaxim’, com a denominação ‘Duque de Caxias’. Com o fim do território do Iguazu, denominou-se ‘Gomes Carneiro’.

Em 1950 foi inaugurado o Colégio Imaculado Coração de Maria, cujas aulas aconteciam na própria casa das freiras. Nesse ano foi iniciada a construção de um espaço físico para a escola, cuja inauguração se deu em 18 de março de 1953.

Na figura abaixo é possível observar as freiras organizando os alunos para recepcionarem o então governador do Território Federal do Iguazu².

Figura 1: População aguardando o Governador do Território Federal do Iguazu na Avenida Luiz Lunardi.



Fonte: Foto do acervo do Colégio Gomes Carneiro, cedida aos pesquisadores para reprodução, em junho de 2019.

Na foto abaixo, é possível ver a escola Duque de Caxias, criada em 1942, com quatro salas de aula, sendo duas em cada pavimento.

Figura 2: Primeiro prédio da escola Duque de Caxias, em 1942.



Fonte: Foto do acervo do Colégio Gomes Carneiro, cedida aos pesquisadores para reprodução em junho de 2019.

A escola acima foi renomeada ao longo das décadas, assumindo, além disso, novas atribuições e competências. Entre 1943 e 1946 (período da existência do Território Federal do Iguazu), a escola chamava-se “Duque de Caxias”. Em 24 de dezembro de 1946 (Decreto 3.730/46), com o fim do Território Federal do Iguazu, passou a denominar-se “Grupo Escolar Gomes Carneiro” (OLIVEIRA, 1992; CHITOLINA, 2013). Nesse ano, a escola já possuía cerca de 350 alunos. Em 1953, por meio do Decreto nº 476/53, o Grupo Escolar instalou o primeiro curso de formação de professores, denominado Curso Normal Regional Frei Veloso. Em 1965, o educandário foi transformado em Ginásio; em 18 de fevereiro de 1971 (Decreto nº 10.292/71) passou a denominar-se Escola Básica Gomes Carneiro, com matrículas de 1ª a 8ª séries. Em virtude disso, o Ginásio Normal Regional Frei Veloso foi extinto. Em 26 de fevereiro de 1987, a Portaria nº E1058/87 elevou a Escola Básica Gomes Carneiro à condição de Colégio de 1º e 2º Graus (OLIVEIRA, 1992, p.58).

O registro fotográfico a seguir, de 1950, foi feito no dia da inauguração do Colégio Imaculado Coração de Maria. O expressivo número de pessoas presentes indica, entre outros aspectos, a importância do ato para a comunidade.

Figura 3: Foto da inauguração do Colégio Imaculado Coração de Maria, em 1950.



Fonte: Foto do acervo do Colégio Gomes Carneiro, cedida aos pesquisadores para reprodução em junho de 2019.

O terreno para a construção do colégio foi doado pela família Lunardi, proprietária da subcolonizadora responsável pela colonização da antiga Fazenda Rodeio Bonito. Como destaca Chitolina (2015), a prática de doar terrenos, madeira e materiais para a construção de igrejas e escolas era muito comum entre as companhias colonizadoras que atuaram no Oeste catarinense.

A nucleação das escolas

O aumento do número de escolas no município se deu a partir dos anos 50, mais precisamente a partir de 1954, ano em que o Distrito de Xaxim emancipou-se de Chapecó. O recém criado município passou a assumir protagonismo na expansão da rede de escolas, somando-se às iniciativas já existentes do poder público estadual e da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. De acordo com a pesquisa realizada, o primeiro Decreto municipal (Decreto nº 21/57) criando a primeira escola municipal foi promulgado em 1957, três anos após a emancipação de Xaxim.

Tendo em vista as características demográficas da época, o poder público municipal priorizou a construção de escolas no meio rural. Até o final dos anos 80 a maioria dos habitantes vivia no campo. O êxodo se intensificou a partir dos anos 80. Em 1990 a população do campo

correspondia a 55%. Em 2018 esse percentual correspondia a cerca de 17% (IBGE, 2018). A tabela abaixo evidencia o processo de expansão das escolas municipais ao longo das décadas.

Tabela 2 - Criação de escolas e centros de educação infantil municipais em Xaxim (1929-2011)

NOME DA ESCOLA	ANO DE CRIAÇÃO	ATO LEGAL
Escola Mista	1929	Atos legais não encontrados
Duque de Caxias/Gomes Carneiro	1942	Atos legais não encontrados
Escola isolada municipal Linha Campos I	1957	Decreto nº 21 de 01.04.57
Escola isolada municipal Frei Bruno	1962	Decreto nº 11 de 07.04.62
Escola isolada municipal Nossa Senhora Aparecida	1964	Decreto nº 03 de 15.07.64
Escola isolada municipal Vila Alegre	1966	Decreto nº 15 de 12.03.66
Escola isolada municipal Barra do Golfo	1966	Decreto nº 16 de 12.03.66
Escola isolada municipal Alto Alegre	1968	Decreto nº 03 de 18.03.68
Escola isolada municipal Alto da Serra	1968	Decreto nº 04 de 18.03.68
Escola isolada municipal Ervalzinho de Baixo	1969	Decreto nº 04 de 26.02.69
Escola isolada municipal Linha Golfo	1969	Decreto nº 02 de 26.02.69
Escola isolada municipal Lina Pedro Guerreiro I	1969	Decreto nº 3 de 26.03.69
Custódio De Campos	1970	Decreto nº SE 22.4.70/9005
Escola isolada municipal Linha Nova	1970	Decreto nº 2C de 31.03.70
Escola isolada municipal Linha Voltão	1970	Decreto nº 2B de 31.03.70
Escola isolada municipal Barra do Guarani	1971	Decreto nº 02 de 30.01.71
Escola isolada municipal Linha Varnier	1971	Decreto nº 4B de 12.02.71
Escola isolada municipal Sagrado Coração de Jesus	1972	Decreto nº 08 de 14.03.72
Escola isolada municipal Linha Terceira	1972	Decreto nº 18 de 11.05.72
Escola isolada municipal Ervalzinho do Meio	1972	Decreto nº 3B de 29.05.72
Escola isolada municipal Linha Matão	1972	Decreto nº 22 de 14.09.72
Escola isolada municipal Santa Lúzia	1974	Decreto nº 37 de 18.09.74
Escola isolada municipal Barra do Chapecozinho	1974	Decreto nº 30 de 21.11.74
Escola isolada municipal Linha Unida	1974	Decreto nº 31 de 21.11.74
Escola isolada municipal Pocinho de Baixo	1975	Decreto nº 06B de 10.09.75
Escola isolada municipal Barra do Xanxerê	1975	Decreto nº 025 de 29.01.75
Escola isolada municipal Boa Esperança	1975	Decreto nº 026 de 29.10.75
Escola isolada municipal Linha Chenett	1975	Decreto nº 027 de 29.10.75
Escola isolada municipal Linha Nardino	1975	Decreto nº 028 de 29.10.75
Escola isolada municipal Linha Ipiranga	1975	Decreto nº 029 de 30.10.75
Escola isolada municipal Linha Palmeiras	1975	Decreto nº 030 de 30.10.75
Escola isolada municipal São Joaquim	1975	Decreto nº 031 de 01.11.75
Escola isolada municipal Uvarana II	1975	Decreto nº 032 de 01.11.75
Escola isolada municipal Linha Irani	1975	Decreto nº 033 de 03.11.75
Escola isolada municipal Pedro Guerreiro II	1975	Decreto nº 034 de 04.11.75
Escola isolada municipal João XXIII	1976	Decreto nº 051 de 28.12.76
Escola isolada municipal	1977	Decreto nº 007 de 11.04.77

Juscelino Kubitschek		
Jardim de Infância Turma da Mônica	1977	Lei n° 508/77 de 17.11.77
Escola isolada municipal Florindo Folle	1978	Decreto n° 070 de 01.03.78
Escola isolada municipal Santa Terezinha	1978	Decreto n° 071 de 01.03.78
Escola isolada municipal São Luiz Gonzaga	1978	Decreto n° 072 de 01.03.78
Anita Garibaldi- Extinta em 2013/ Parecer CEDB n°110/2013	1979	Decreto n° 7523/79
Escola Dr. Ari Moacir Lunardi	1981	Decreto n° 002/81
Cecilia Meireles	1983	Parecer 261
Neuza Massolini	1985	Decreto n° 27.126
Luiz Lunardi	1985	Portaria 171
Centro de educação infantil Rosa Zambenedeti	1990	Decreto n° 004/90
Centro de educação infantil Prosperina Folle	1990	Decreto n° 005/90
Escola Municipal e Centro de educação infantil Turma da Mônica/Dom Bosco	1993	Decreto n° 152/93
Dirce Salete Dall'agnol'	1995	Decreto n° 075/95
Escola de E.F. Diadema	1996	Parecer n° 13/96/Portaria/133/96
Centro de educação infantil Maria Lunedo Batistela	1996	Decreto n° 918/96
Centro de educação infantil Virgínia Riboli	1999	Decreto n°069/99
Casa Familiar Rural	2000	Lei Municipal n° 2361/2000
Centro de educação infantil Recanto Encantado	2001	Decreto n°106/2001
Centro de educação infantil Justino dos Santos Almeida	2007	Decreto n° 051
Centro de educação infantil Emilia Varnier	2008	Decreto n°2103
COOEPE	2011	Parecer CEE/029/2011
Colégio Geração Celer	2013	Parecer 63/2013

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar/INEP e dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Xaxim em 2019.

A expansão da rede municipal redefiniu a presença das ordens confessionais no município, assim como das escolas públicas estaduais.

A Congregação das Irmãs Franciscanas manteve-se no município por cerca de três décadas. Em 1977 as irmãs finalizaram a sua atuação educacional no município. O terreno onde estava localizado o antigo Colégio Imaculado Coração de Maria foi adquirido por pessoa física e o prédio da escola foi destruído em 2014 (SILVA, 2019).

A rede pública estadual, por sua vez, cumpriu um importante papel na expansão da escola pública em Xaxim. O governo estadual construiu as primeiras escolas isoladas no interior do município. Na sequência implantou os grupos escolares, os ginásios e os colégios de I° e II° graus. O primeiro colégio de ensino médio (na época denominado de II° Grau) foi implantado nos anos 80, por meio da criação das escolas Neusa Massolini, Gomes Carneiro e Professor Custódio de Campos (CHITOLINA, 2015; OLIVEIRA, 1992). A partir da segunda metade dos

anos 90, o governo de SC começou a implementar uma séria de políticas de nucleação e de municipalização das escolas.

Em 1973, a título de ilustração, a rede estadual respondia pela quase totalidade das escolas catarinenses e por 97,4% de todas as matrículas ofertadas (SANTA CATARINA, 1980; FIORI, 1991; BRINHOSA, 1996). Em 1974, o governo do Estado decidiu proibir a abertura de novas escolas estaduais na zona rural, o que representou progressiva expansão das matrículas nas redes municipais. No início dos anos 80, no bojo do Plano Estadual de Educação 1980-1983, o governo estadual propôs políticas de descentralização como forma de democratizar as oportunidades educacionais (SANTA CATARINA, 1980).

A despeito disso, a municipalização da educação básica se intensificou a partir do início dos anos 90, no bojo das políticas neoliberais emanadas da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Em 1991, a Secretaria Estadual de Educação incentivou os convênios entre o governo estadual e os municípios com o propósito de expandir a municipalização das matrículas do ensino de 1º Grau. Nesse ano, o Decreto Estadual nº 276 (de 8 de julho de 1991) estabeleceu as diretrizes para a “[...] a transferência de serviços ou municipalização de atividades governamentais [...]” (SANTA CATARINA, 1991). No ano seguinte, em 1992, 189 municípios (de um total de 260, na época) firmaram convênios gerais, envolvendo “[...] 2.507 escolas isoladas, 246 escolas reunidas e 49 grupos escolares” (SANTA CATARINA, 1994, p. 158). Ao término de 1994, 231 municípios (88,8% do total) haviam firmado convênios com o governo estadual para a implementação de políticas de municipalização (SEE/SC, 1994).

A partir de 1997, no contexto da nova LDBEN, o processo de nucleação se acentuou. Nesse mesmo ano, o Decreto Estadual nº 2.344 (de 21 de outubro de 1997) estabeleceu as diretrizes para a nucleação escolar. As escolas isoladas do campo, a maioria de natureza multisseriada, foram fechadas mediante a transferência dos alunos para unidades escolares maiores. No âmbito dessa política, como destaca Pierozan (2013), o governo do Estado também repassou aos municípios as escolas estaduais situadas na área rural. Por meio desse programa de nucleação, o governo de SC transferiu 2.608 escolas públicas estaduais para a esfera municipal, num total de 270 municípios envolvidos.

Em Xaxim foram municipalizadas 20 escolas isoladas sediadas no meio rural. O quadro abaixo apresenta a relação das escolas municipalizadas por meio do Decreto Estadual nº 2.344, de 21 de outubro de 1997.

Quadro 1 - Escolas estaduais municipalizadas em Xaxim em 1997.

1	Escola isolada municipal Dal Bianco
2	Escola isolada municipal Santa Lúcia
3	Escola isolada municipal Uvarana
4	Escola isolada municipal Pedro guerreiro I
5	Escola isolada municipal Frei Bruno
6	Escola isolada municipal Prof. Ighes Guaragni
7	Escola isolada municipal Limeira
8	Escola isolada municipal São Francisco
9	Escola isolada municipal Prof. Noeli Rossoni
10	Escola isolada municipal Fazenda Santo Antonio
11	Escola isolada municipal Rui Barbosa II
12	Escola isolada municipal Cachoeirinha
13	Escola isolada municipal Linha Cachoeirinha
14	Escola isolada municipal Nova Brasília
15	Escola isolada municipal Ervalzinho
16	Escola isolada municipal Monte Belo
17	Escola isolada municipal Antonio Prado
18	Escola isolada municipal Felice Dalla Cort
19	Escola isolada municipal Nossa Senhora Consoladora
20	Escola isolada municipal Rondinha

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir do Decreto 2.344/1997.

A nucleação das escolas foi decorrente das políticas de municipalização. A partir dos anos de 1990, os municípios brasileiros, inclusive Xaxim, foram assumindo cada vez mais a responsabilidade pela oferta da educação básica.

A municipalização

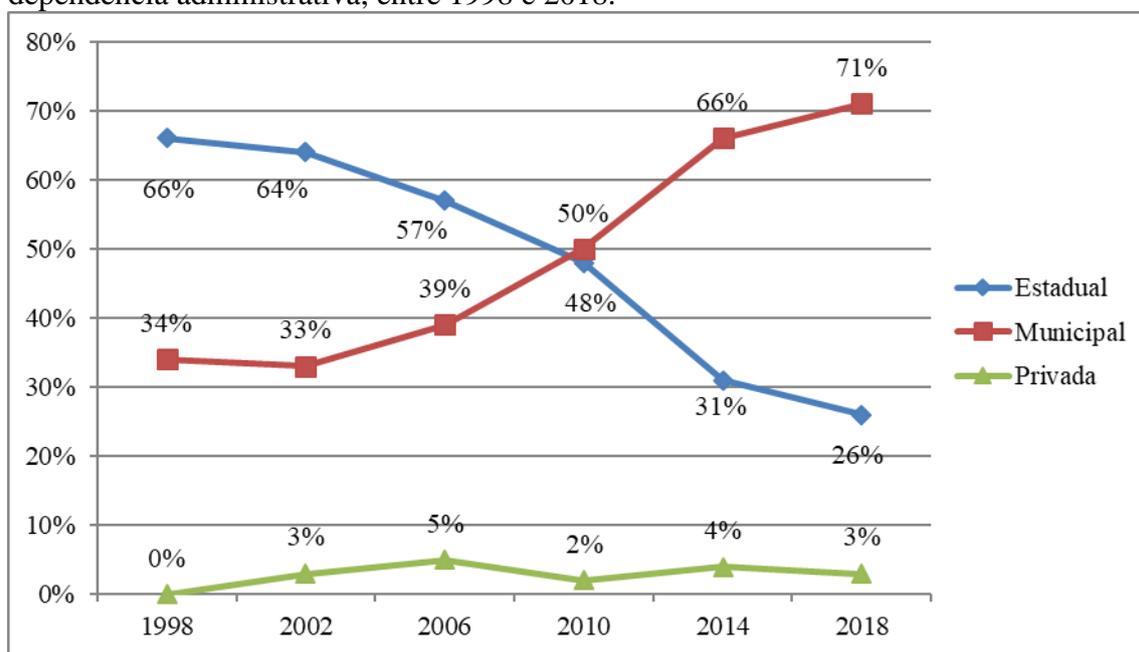
A CF de 1988 facultou aos municípios a criação de seus sistemas de ensino e assegurou o direito de emitirem normas e estabelecerem políticas educacionais específicas, especialmente para a educação infantil e o para o ensino fundamental. No exercício desse direito, os municípios ampliaram as suas responsabilidades no tocante à oferta do ensino obrigatório e gratuito.

De acordo com a pesquisa realizada, o ano de 1997 marca o início do processo de municipalização em Xaxim. Logo após a criação do FUNDEF (EC 53/96) e a aprovação da LDBEN (Lei 9.394/96), o município instituiu o Conselho Municipal de Educação (Lei 2043/1997), dando início ao processo de criação de vários conselhos municipais responsáveis pelo controle social, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas. No mesmo ano,

o município aderiu ao Decreto Estadual nº 2.344/97, que determinava o fechamento de escolas isoladas rurais e a transferência dos estudantes e docentes para as unidades escolares nucleadas. As políticas de municipalização implementadas alteraram significativamente a distribuição das matrículas da educação básica no município.

O gráfico abaixo dimensiona os ritmos do processo de municipalização das matrículas no município de Xaxim nos últimos 20 anos.

Gráfico 1 – Distribuição das matrículas da educação básica no município de Xaxim, por dependência administrativa, entre 1998 e 2018.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores a partir dos dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e Secretaria de Educação de Santa Catarina, (2018).

É notória a expansão das matrículas municipais ao longo dos anos, decorrente da incorporação de toda a pré-escola, do ensino fundamental e, em 2007, da Educação de Jovens e Adultos. Em 2009 a rede municipal passou a responder por mais de 50% do total das matrículas da educação básica no município. Em 2012 ocorreu um novo e expressivo aumento das matrículas (correspondente a 21%), decorrente da adesão ao Programa de Parceria Estado/Município para o atendimento ao Ensino Fundamental. Cerca de 785 estudantes do Ensino Fundamental da rede estadual foram transferidos para o município.

A despeito de envolver toda a educação básica, o processo de municipalização incidiu especialmente sobre o ensino fundamental. Em 2018, a rede municipal de Xaxim era

responsável pela maioria das matrículas em todos os níveis da educação básica. A rede privada conservou praticamente o mesmo percentual de matrículas ao longo do período.

Em 2018, a rede pública municipal respondia por 98% das matrículas das creches; 97%, da pré-escola (PE); 77%, do ensino fundamental (EF); 70%, da educação especial exclusiva (EEE), 62%, da educação de jovens e adultos (EJA) e 0% do ensino médio (EM), perfazendo 72% do total das matrículas da educação básica. Das matrículas públicas, a rede municipal respondia, em 2018, por 74,6% do total, sendo 100% das creches; 100% da pré-escola; 79,4% do EF; 72% da EEE; 76,5% da EJA e 0%, do EM (INEP, 2019).

Considerações finais

O presente estudo revelou alguns aspectos centrais da história social e política da educação do município de Xaxim. Ele permitiu compreender, em particular, o longo e o tortuoso caminho percorrido em âmbito municipal rumo à universalização da educação básica. Em Xaxim, assim como na grande maioria das cidades brasileiras, o direito à educação para todas as crianças em idade escolar do ensino fundamental tornou-se realidade apenas no final do século XX. Do ponto de vista educacional, o último século pode ser definido como o século da universalização do direito à educação básica pública e gratuita.

Trata-se, literalmente, da abertura das portas das escolas para todas as crianças e dos jovens, independente da etnia, classe social ou credo religioso. A universalização foi obra, neste sentido, da escola pública. O setor privado, a despeito de sua contribuição, manteve uma média, ao longo das décadas, de cerca de 3% do total de matrículas no município, majoritariamente concentradas na educação infantil.

As transformações no período foram gigantescas. A despeito das dificuldades e das imprecisões inerentes a toda e qualquer tentativa de periodização histórica, é possível sintetizar as principais mudanças havidas no período em algumas fases.

A **primeira delas** diz respeito à chegada das famílias de descendentes de europeus na primeira metade do século XX, vindos na sua grande maioria, do vizinho estado do Rio Grande do Sul. Os “colonos”, como eram chamados, impulsionaram o catolicismo romano (clerical, tridentino e sacramental), em contraposição ao catolicismo popular, praticado majoritariamente pelos “caboclos” (KREUTZ, 1994, 2004). De acordo com a tradição e a cultura dos imigrantes, a construção das capelas (pequena igreja) deveria vir acompanhada de uma escola. As primeiras escolas no município foram construídas no bojo desse espírito comunitário e religioso.

Destinavam-se essencialmente às crianças das famílias brancas que falavam italiano ou alemão. Os professores eram membros da própria comunidade. A comunidade remunerava os professores de acordo com as suas possibilidades. Nesse contexto também foram construídas as chamadas escolas paroquiais. A iniciativa comunitária, como observa Eidt (2019, p. 129-130) “[...] foi fundamental para a alfabetização das crianças, frente a um modelo escolar nacional excludente e eminentemente elitizado”.

A **segunda** fase diz respeito ao período inaugurado pelas políticas de nacionalização do ensino. Com o propósito de promover o sentimento de brasilidade e o patriotismo, o governo Getúlio Vargas apoiou políticas de expansão de escolas subvencionadas, assim como, a contratação de docentes pagos pelo erário público. A escola pública chegou, nesse sentido, por meio da ação autoritária e tutelada do Estado brasileiro. Inúmeras escolas da comunidade e paroquiais foram fechadas e muitos professores, sobretudo os que falavam italiano e alemão, foram afastados e perseguidos. Foram criadas, nesse contexto, as escolas públicas subvencionadas.

O **terceiro** momento importante do processo de expansão se deu a partir de 1942 com a instalação da primeira escola confessional no município, sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora. Apesar da criação da escola ter ocorrido no contexto das políticas getulistas de nacionalização do ensino, o fato tem uma relação direta com as políticas de atuação da própria Igreja Católica na região. Desde os anos 20 vinham sendo instaladas paróquias e colégios confessionais em toda a região Oeste.

A **quarta** fase se deu a partir da criação do município de Xaxim em 1954. A partir desse momento, o governo municipal ampliou o protagonismo na expansão da rede de escolas. Dada a alta concentração de crianças no meio rural, o município priorizou a abertura de escolas isoladas no interior. A primeira delas foi criada em 1957, três anos após a emancipação político-administrativa de Xaxim.

A nucleação pode ser considerada a **quinta** importante fase. O município de Xaxim, assim como a grande maioria dos municípios brasileiros, foi pressionado a reduzir o número de escolas multisseriadas, nucleando-as em unidades maiores. Isso resultou, apenas em Xaxim, no fechamento de mais de 20 escolas do campo. A nucleação se deu no bojo das políticas de municipalização da educação básica.

A municipalização da educação básica pode ser considerada a **sexta** importante fase da educação municipal. O processo se intensificou a partir da aprovação da CF de 1998 e da LDBEN em 1996. A CF fixou as diretrizes gerais da municipalização e responsabilizou os

municípios pela implementação e gestão de um conjunto amplo de políticas públicas, incluindo a educação básica. Em 1998, a rede municipal respondia por 34% das matrículas da educação básica em Xaxim. Vinte anos depois, em 2018, o percentual saltou para 71%. Nesse período o município abriu creches, escolas e centros esportivos, assim como contratou servidores e professores. Em 2018, apenas a rede municipal de educação contava com 593 profissionais, sendo 409 docentes e 184 funcionários.

Referências bibliográficas

- BOITEUX, José Artur. *Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmãos, 1931.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Sur. *Le deracinement*. Crise de l'agriculture traditionnelle em Algerie. Paris: Minuit, 1964.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRINHOSA, Mario Cesar. *A descentralização da educação: produção da autonomia democrática ou desobrigação do Estado*. 1996. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.
- CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.) *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- CHITOLINA, Valdirene. A empresa colonizadora Irmãos Lunardi e a Fazenda Rodeio Bonito: Oeste catarinense (1920-1954). *Revista Grifos*, n. 27, p 89-112, dez. 2009.
- CHITOLINA, Valdirene. Velho Xaxim: a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954) – Xanxerê: News Print, 2013. 308 p.; il.
- CHAPECÓ. *Decreto Nº 30*, de 1º de fevereiro de 1939. Regulamento e Programa para as Escolas Isoladas do Município. Cruzeiro: Empresa Gráfica Cruzeiro, 1939.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. *Relatório do Departamento de Educação apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior e Justiça Professor Ivo d'Aquino*. Relativo ao ano de 1939.
- D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938. *Revista Cadernos do CEOM*, v. 32, nº 50, p. 129-139, jan/jun 2019.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público*. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos Períodos Imperial e Republicano. 2 ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Livraria Central Alberto Entres, 1927.
- HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômicos e Religiosos*. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama das cidades*. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/xaxim/panorama>>. Acesso em 05 maio 2019.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2018*. Brasília, 2018. Disponível em:

- <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 26 mar. 2020.
- INEP. *Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 26 mar. 2020.
- INSTRUÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. A Voz de Chapecó*, Chapecó, 06. ago.1939. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Seção de obras raras: Florianópolis, SC.
- KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Pelotas: Seiva, 2004.
- MONTEIRO, Jaecir. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940*. 1979. 168 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.
- NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.
- OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim conta sua história*. Xaxim: Prefeitura Municipal, 1992.
- PEREIRA, Vera Regina Bacha. *Nacionalização - Autoritarismo e Educação: Inspetores e professores nas escolas catarinenses (1930- 1940)*. 2004. 279 p. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- PIEROSAN, Sandra Simone Höpner. *Um estudo dos Conselhos Municipais de Educação, seus limites e possibilidades*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 2006. 228 f. Disponível em: < http://www.pppe.ufpr.br/teses/teses/M06_pierozan.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.
- SANTA CATARINA. *Decreto n. 130, de 12 de junho de 1931*. Altera os programas dos grupos escolares e das escolas complementares. In: Coleção Decretos-Leis, Decretos, Resoluções, Portarias. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1931.
- SANTA CATARINA. *Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938*. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938a. (Coleção de decretos, leis de 1938).
- SANTA CATARINA. *Decreto n. 276, de 8 de julho de 1991*. Dispõe sobre cláusula de adesão às “Condições Gerais de Convênios do Governo do Estado com os Municípios”. Florianópolis, 1991
- SANTA CATARINA. *Decreto n. 2.344, de 21 de outubro de 1997*. Aprova acordo celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Municípios. Diário Oficial: Florianópolis-SC. 1997. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-2344-1997-santa-catarina-aprova-acordo-celebrado-entre-a-secretaria-de-estado-da-educacao-e-do-desporto-e-municipios>>. Acesso em: 21 mar 2020.
- SANTA CATARINA. *Diagnóstico da Educação*. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Santa Catarina: diagnóstico da educação. SEC/DIRP/GEINF. Florianópolis, 1994.
- SANTA CATARINA. *Lei n. 3.434, de 14 de maio de 1964*. Cria o colégio normal de Xaxim e dá outras providências. Diário Oficial: Florianópolis-SC. 1997. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3434-1964-santa-catarina-cria-o-colegio-normal-de-xaxim-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 21 mar 2020.

SANTA CATARINA. *Plano Estadual de Educação “Quadriênio 1980/1983”*. Florianópolis, 1980.

SANTA CATARINA. *Termo de Convênio Estado/Municípios. n. 111/91*. Florianópolis, 1991.

SILVA, Paulo Roberto da. *A municipalização da educação básica no Brasil: Um estudo sobre o município de Xaxim (SC)*. 2019. 185 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

VIEIRA, Alexandre Sardá. *A educação formal no velho município de Chapecó (1929 – 1945)*. 2000. 174 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

WERLANG, Alceu. *A colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.

Agradecimento

O presente artigo resulta de uma dissertação de mestrado em educação financiada (bolsa de estudos) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Recebido em 18/11/2020.

Aceito em 01/12/2020.

¹ Em SC nas primeiras décadas da República até 1910 predominava as chamadas escolas isoladas com ensino de primeiras letras. Eram escolas públicas, étnicas religiosas. Esse cenário começou a mudar a partir de 1911 com a contratação do professor paulista Orestes Guimarães pelo então governador Vidal Ramos. Orestes Guimarães tinha experiência na educação catarinense desde 1907, quando promoveu alterações no Colégio Municipal de Joinville. Por meio da Lei nº 846, de 11 de outubro de 1910, iniciou-se a reforma do ensino público de Santa Catarina, abrangendo também estabelecimentos privados. Orestes Guimarães introduziu uma nova modalidade de estabelecimento de ensino no estado, os chamados grupos escolares, a exemplo do que já tinha ocorrendo em São Paulo.

² Através do Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Governo Federal criou o Território Federal do Iguazú, que abarcou a região Oeste Catarinense (Velho Chapecó), Sudoeste e parte do Oeste paranaense. O Território teve apenas dois governadores. O primeiro foi o major João Garcez do Nascimento e o segundo, o major Frederico Trotta. O Território Federal do Iguazú foi extinto em 18 de setembro de 1946 pela Constituição de 1946.